



Tribunal de Justiça
do Estado da Bahia

2º Simulado Especial

TJ BA

Analista Judiciário

Área Administrativa

Técnico de Nível Superior

Pós-Edital

Simulado

Simulado TJ BA - Analista Judiciário - Área Administrativa - Técnico de Nível Superior

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ BA Analista Judiciário - Área Administrativa (Técnico de Nível Superior);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-BA-17-06>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 20 - A B C D E | 41 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 21 - A B C D E | 42 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 22 - A B C D E | 43 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 23 - A B C D E | 44 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 24 - A B C D E | 45 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 25 - A B C D E | 46 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 26 - A B C D E | 47 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 27 - A B C D E | 48 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 28 - A B C D E | 49 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 29 - A B C D E | 50 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 30 - A B C D E | 51 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 31 - A B C D E | 52 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 32 - A B C D E | 53 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 33 - A B C D E | 54 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 34 - A B C D E | 55 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 35 - A B C D E | 56 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 36 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 37 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 38 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 39 - A B C D E | 60 - A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

A formação da cidadania

Em todas as manifestações de caráter social, político e econômico, da mais inconsequente opção (pessoal) às mais sérias decisões do governo, o ser humano é guiado por dois comportamentos básicos: pensar e agir, de acordo com os conhecimentos disponíveis. (...)

A interação contínua entre pensamento e ação permite ao homem tomar decisões, tanto as de natureza particular – como a escolha de um curso ou profissão ou a compra de um par de sapatos –, quanto as que terão consequências coletivas, como a eleição de governantes ou a participação em manifestações públicas. Portanto, de modo geral, as decisões não são arbitrárias. Não importa o grau de consciência política que o indivíduo possui, ou a massa de conhecimentos de que ele dispõe sobre uma questão: há sempre uma dose de reflexão em cada um dos seus atos.

É fácil de constatar que as ideias, as opiniões, as atitudes e as ações não seguem um esquema simples, mecanicista e uniforme, pois as diferentes preocupações que atormentam o homem se embaralham e se cruzam a cada instante e às vezes se chocam. É como se todas as provas automobilísticas do mundo fossem disputadas ao mesmo tempo no mesmo autódromo.

A formação do cidadão consiste em capacitá-lo a pôr ordem nesse processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele. A principal contribuição formativa da educação é a de atuar sobre esse mecanismo mental decisório e ajustá-lo o mais corretamente possível, equilibrando os conhecimentos, as habilidades e as atitudes segundo padrões éticos, morais e outros, válidos para todos ou para a maioria das pessoas.

Não existe um método infalível para que alguém possa chegar, sempre, às melhores decisões sobre todas as coisas, mas pode-se melhorar a capacidade de raciocínio com a prática, o estudo, a crítica, a reflexão. O grande objetivo, que mais parece um ideal inatingível, é conseguir que cada indivíduo se torne autônomo, isto é, que seja capaz de decidir por si mesmo, não se sujeitando a interferências ou pressões externas. É o caminho que levará à formação de cidadãos conscientes. É o caminho que devemos construir.

(Martinez, Paulo. *Direitos de cidadania – um lugar ao sol*. ADAPTADO)

01. A temática central do texto I pode ser compreendida como

- a) a importância coletiva na escolha de seus representantes
- b) o papel da escola na formação cidadã
- c) a necessidade de reflexão sobre atos e escolhas
- d) a formação do cidadão consciente.
- e) o processo individual de manifestação social

02. Segundo as ideias veiculadas no texto I,

- a) O indivíduo deve balizar suas ações a partir de sua consciência individual.
- b) As ações individuais podem ser arbitrárias quando não se pensa antes de manifestar-se.
- c) A autonomia vai de encontro à ideia de formação do cidadão consciente.
- d) a principal função da educação na formação do indivíduo é o ajuste da relação entre pensamento e ação.
- e) As manifestações humanas resultam exclusivamente de dois fatores: o pensar e o agir.

03. Seria preservada a correção gramatical e o sentido original do texto I caso o vocábulo destacado em "processo, que se desenvolve ao seu redor e sempre explode dentro dele" (4º parágrafo) fosse substituído por

- a) embora
- b) mas
- c) portanto
- d) mas também
- e) porquanto

04. O trecho "conhecimentos de que ele dispõe sobre uma questão" (2º parágrafo) pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma:

- a) conhecimentos de que ele tem sobre uma questão
- b) conhecimentos de cujo usufrui sobre uma questão
- c) conhecimentos que ele dispõe sobre uma questão
- d) conhecimentos de que ele utiliza sobre uma questão
- e) conhecimentos que ele possui sobre uma questão

05. Assinale a alternativa que apresenta o vocábulo destacado em "Não importa o grau de consciência política que o indivíduo possui" com o mesmo comportamento morfossintático.

- a) "É fácil de constatar que as ideias..." (3º parágrafo)
- b) "conseguir que cada indivíduo se torne autônomo" (5º parágrafo)
- c) "quanto as que terão consequências coletivas" (2º parágrafo).
- d) É o caminho que devemos construir (5º parágrafo)
- e) "...preocupações que atormentam o homem..." (3º parágrafo)

TEXTO II

Distribuição de renda é alçada a prioridade

O estímulo do crescimento do consumo interno e a redução da crescente desigualdade estão entre as principais metas econômicas da China para os próximos cinco anos, segundo o plano nacional aprovado pelo Partido Comunista.

"A participação da renda pessoal na distribuição da renda nacional deve ser aumentada, e a participação da remuneração do trabalho na distribuição primária também deve ser elevada", diz o comunicado de ontem.

O texto fala ainda em "relações de trabalho harmoniosas" e em criar "mecanismos para expandir o consumo doméstico".

"A grande diferença do décimo segundo Plano Quinquenal é que os planos anteriores se baseavam principalmente em criar um país rico, enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população", afirmou Yang Weiming, vice-secretário-geral do Comitê de Desenvolvimento Nacional e Reforma, à imprensa estatal chinesa.

Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza, a segunda maior economia do mundo ficou bem mais desigual.

Um estudo do Centro de Distribuição de Renda e Pobreza da Universidade Normal de Pequim mostra que os 10% mais ricos ganharam 23 vezes mais do que os 10% mais pobres em 2007. Em 1998, a elite econômica ganhava 7,3 vezes mais do que os mais pobres.

O comunicado prevê ainda que a China "participe ativamente" na governança econômica mundial e na cooperação regional, além de "abrir mais para o mundo e melhorar a sua estrutura de comércio exterior".

O plano quinquenal ainda está em sua fase preliminar, sem números estabelecidos para os objetivos. Até fevereiro, ficará pronta a versão completa.

(Folha de S. Paulo, 19 de outubro de 2010)

06. A ideia que se verifica na estrutura do 5º parágrafo do texto II é de

- a) concessão
- b) reiteração
- c) conclusão
- d) explicação
- e) alternância

07. Em "enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população" (4º parágrafo), o vocábulo destacado desempenha um importante papel para a construção da coesão textual, referindo-se a/a o

- a) grande diferença
- b) planos anteriores
- c) Yang Weiming
- d) décimo segundo plano quinquenal
- e) país rico

08. Do ponto de vista da coerência, a relação existente entre o 5º e o 6º parágrafos pode ser interpretada

- a) como uma ressalva
- b) como uma comprovação
- c) como uma exemplificação
- d) como uma descrição
- e) como uma contraposição

09. Em relação ao trecho "Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza [...]", pode-se afirmar que

- a) apresenta um sentido adversativo em relação à informação que virá.
- b) "da pobreza" desempenha a função de adjunto adverbial de lugar
- c) a junção da preposição "de" com o artigo "o" precisa ser desfeita para a correção gramatical.
- d) "de pessoas" funciona como complemento verbal da forma "ter tirado".
- e) está gramaticalmente correta.

10. As aspas foram utilizadas no texto II

- a) para dar ênfase a trechos relevantes
- b) para sinalizar o emprego de linguagem conotativa
- c) para marcar afirmações não autorais
- d) para indicar neologismos
- e) para demarcar trechos opinativos

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

Uma pesquisa realizada com um grupo de 35 técnicos de um TRT a respeito da atividade A — catalogar os processos — e da atividade B — atendimento ao público — revelou que 29 gostam da atividade A e 28 gostam da atividade B.

Com base nessas informações, resolva as questões **11 e 12.**

11. Qual é a quantidade máxima de técnicos desse grupo que não gosta de nenhuma das duas atividades?

- a) 5
- b) 7
- c) 8
- d) 4
- e) 6

12. Infere-se dos dados que a quantidade mínima de técnicos desse grupo que gostam das duas atividades é igual a:

- a) 20
- b) 21
- c) 22
- d) 23
- e) 24

13. Para executar a tarefa de confecção de 111 vestidos, três costureiras dividiram o total de vestidos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a costureira de 30 anos fez

- a) 2 vestidos a mais do que o de 24 anos.
- b) 4 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- c) 4 vestidos a menos do que o de 24 anos.
- d) 6 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- e) 9 vestidos a menos do que o de 24 anos.

14. Em um órgão do TRT os processos são classificados por dois critérios: tamanhos e cor de capa dos processos. Os processos podem ser de dois tamanhos: pequenos e grandes. Além disso, as capas dos processos podem ser cinzas ou azuis. No órgão, há 155 processos, dos quais 82 possuem capas azuis e 85 são pequenos. Sabendo que 33 dos processos são pequenos e de capas azuis, a porcentagem dos processos grandes que são cinzas é

- a) 20%.
- b) 30%.
- c) 36%.
- d) 24%.
- e) 15%.

15. Em uma vila, um estatístico estudou uma amostra de cinco residências, e registrou os seguintes números de moradores de cada residência:

Número da residência	residência 1	Residência 2	Residência 3	Residência 4	Residência 5
Número de moradores	4	7	3	8	3

A variância amostral do número de moradores é:

- a) 5,7
- b) 5,5
- c) 5,2
- d) 4,8
- e) 4,4

LEGISLAÇÃO

Thiago Zanolla

16. A respeito da divisão judiciária do estado da Bahia, a unidade de divisão judiciária integrada jurisdicional e administrativamente a uma Comarca constituída por mais de um Juízo é denominada

- a) Subseção Judiciária
- b) Vara
- c) Distrito
- d) Comarca não instalada
- e) Região Judiciária

17. Haverá, nas Comarcas Não-Instaladas, órgãos que terão competência para a conciliação de causas cíveis e de família, denominados

- a) Justiça de Paz
- b) Justiça Cidadã
- c) Conselhos Municipais de Conciliação.
- d) Centro Judiciário de Mediação e Conciliação
- e) Corregedoria Municipal de Justiça

18. Corujita, servidora pública, foi acusada pela prática dos crimes de prevaricação e de concussão. Após responder ao processo criminal, acabou por ser absolvida por falta de provas. Diante dessa situação hipotética, em conformidade com a Lei nº 6.677/1994,

- a) tendo em vista o fato de que a servidora já foi processada e absolvida na esfera criminal, a Administração Pública não mais poderá processá-lo e puni-lo pelos mesmos fatos.
- b) ainda que tenha sido absolvida na esfera criminal por falta de provas, a Administração Pública poderá vir a punir a servidora.
- c) a responsabilidade administrativa do servidor será afastada sempre que houver absolvição na esfera criminal.
- d) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada até o limite do valor da do dano a ser reparado.
- e) O processo disciplinar poderá ser revisto em até cinco anos após a aplicação da penalidade, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias não apreciadas, suscetíveis a justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

19. Consoante o Regime Jurídico dos Servidores do Estado, não é forma de provimento

- a) nomeação
- b) reintegração
- c) aproveitamento
- d) recondução
- e) promoção

20. Segundo o Regimento Interno do TJ-BA, o Tribunal funcionará para os julgamentos comuns com a presença de

- a) dois terços de seus membros
- b) três quintos de seus membros
- c) maioria simples
- d) maioria absoluta
- e) N.D.A.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

21. No âmbito do processo legislativo previsto na CF88, a forma federativa de organização do Estado:

- a) poderá ser abolida por lei ordinária.
- b) poderá ser abolida por lei complementar.
- c) poderá ser abolida por lei delegada.
- d) poderá ser abolida por emenda constitucional.
- e) não poderá ser abolida, visto ser uma limitação material ao poder de reforma da Constituição.

22. O direito de reunião é direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Considerando o que o texto constitucional dispõe sobre este direito, é certo que:

- a) A reunião deve ser pacífica, sem armas e não pode frustrar o exercício do direito de reunião anteriormente convocado.
- b) A reunião pode ocorrer com pessoas armadas.
- c) A reunião necessita de autorização do poder público para ocorrer.
- d) É permitido frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, desde que autorizado pelo poder público.
- e) É permitido realizar-se a reunião e, somente depois, avisar aos órgãos públicos de controle sobre a sua realização, desde que seja expedido relatório circunstanciado sobre como ela ocorreu.

23. Considerando as normas constitucionais acerca da nacionalidade, assinale a alternativa que corresponde ao cargo que pode ser assumido por brasileiro naturalizado:

- a) Presidente da Câmara dos Deputados.
- b) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- c) Oficial da Aeronáutica.
- d) Ministro de Estado da Justiça.
- e) Vice-Presidente da República.

24. De acordo com a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- a) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- b) direito administrativo, custos fixos e variáveis, contabilidade de custos e gerencial.
- c) procedimentos, atos e fatos administrativos.
- d) registro de pessoas físicas em Juntas Comerciais.
- e) organização, garantias, direitos e deveres dos policiais militares.

25. De acordo com a Constituição Federal, NÃO está legitimado a provocar o controle concentrado de constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal.

- a) o Procurador-Geral da República.
- b) o Governador do Distrito Federal.
- c) o Conselho Federal da OAB.
- d) a entidade de classe de âmbito nacional.
- e) a Federação Sindical.

26. Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- a) A vitaliciedade nos Tribunais, será adquirida após dois anos de efetivo exercício de atividade como magistrado.
- b) Os ministros do STF podem perder o cargo em condenação por crime de responsabilidade no Senado Federal.
- c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar os Ministros de Estado nos crimes comuns e de responsabilidade.
- d) O Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário, pois exerce controle externo sobre ele.
- e) O magistrado pode ser removido por interesse público, mediante decisão da maioria simples do Conselho Nacional de Justiça

27. De acordo com a Constituição Federal, o mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado ou contra o Comandante da Marinha, do Exército e da Aeronáutica é uma competência:

- a) originária do Supremo Tribunal Federal.
- b) recursal do Superior Tribunal de Justiça.
- c) originária do Tribunal Regional Federal respectivo.
- d) originária do Superior Tribunal de Justiça.
- e) originária do Tribunal de Justiça respectivo.

28. Processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar, é uma competência.

- a) do Juiz de Direito do aeroporto de destino.
- b) do Juiz de Direito do porto de partida.
- c) do Superior Tribunal de Justiça.
- d) dos Tribunais de Justiça de origem ou de destino.
- e) do Juiz Federal.

29. O art. 5º, XIII da CF88 institui que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.” De acordo com a classificação das normas constitucionais quanto à eficácia, trata-se:

- a) de uma norma constitucional de eficácia plena.
- b) de uma norma constitucional de eficácia limitada.
- c) de uma norma constitucional de eficácia variada.
- d) de uma norma constitucional de eficácia contida.
- e) de uma norma constitucional de eficácia absoluta.

30. De acordo com o disposto na CF88, NÃO constitui ramo do Ministério Público da União.

- a) o Ministério Público do Distrito Federal.
- b) o Ministério Público do Trabalho.
- c) o Ministério Público Federal.
- d) o Ministério Público Militar.
- e) o Ministério Público Eleitoral.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

31. O ordenamento jurídico brasileiro estabelece prazo decadencial para que o poder público invalide atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários, ao mesmo tempo em que protege o direito adquirido e proíbe a aplicação retroativa de novas interpretações.

Os preceitos acima mencionados decorrem diretamente do princípio implícito da:

- a) supremacia do interesse público.
- b) motivação.
- c) autotutela.
- d) segurança jurídica.
- e) coerência administrativa.

32. Marque a afirmativa INCORRETA a respeito da organização da Administração Pública.

- a) Desconcentração consiste na técnica utilizada para distribuição interna de competências administrativas, envolvendo necessariamente uma única pessoa jurídica.
- b) Imunidade tributária recíproca pode ser aplicada a empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
- c) Agência executiva consiste na qualificação dada à autarquia ou fundação que tenha celebrado contrato de gestão com o Poder Público.
- d) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
- e) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) é a qualificação jurídica dada a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, e que recebe delegação do Poder Público, mediante contrato de gestão.

33. Em relação às disposições atinentes à organização administrativa, julgue os itens a seguir:

I. O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público ou privado, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal.

II. A supervisão ministerial, modalidade de controle finalístico que ocorre nos termos fixados expressamente em lei, pode ser observada quando se realiza a fixação das despesas de pessoal e de administração da entidade vinculada.

III. A participação de entidade descentralizada em empresa privada depende, em cada caso, de autorização do Poder Legislativo.

Sobre essas assertivas, pode-se afirmar que

- a) I, II e III são verdadeiras.
- b) I e III são verdadeiras.
- c) I e II são verdadeiras.
- d) II e III são verdadeiras.
- e) Apenas a III é verdadeira.

34. A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) é cabível o controle judicial dos atos administrativos discricionários praticados pelo Executivo.
- b) a Administração pode invalidar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- c) a revogação consiste em manifestação de vontade da Administração que resulta no desfazimento de ato anterior, quando há uma confluência de conveniência, oportunidade e ilegalidade do ato.
- d) a finalidade do ato administrativo é atribuída, em cada caso, pela autoridade administrativa que o pratica.
- e) salvo vedação legal, o agente público poderá delegar parte do exercício de sua competência quando for conveniente em razão de circunstâncias de natureza técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, razão pela qual o órgão colegiado pode delegar suas atribuições.

35. Segundo dispõe expressamente a Constituição Federal, aos Estados foi garantida a competência para prestação de:

- a) serviços locais de gás canalizado, facultando-se a delegação a mediante autorização.
- b) serviços regionais de gás canalizado, facultando-se a delegação a empresa estatal mediante permissão.
- c) serviços de transporte coletivo, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão.
- d) serviços regionais de gás canalizado, facultando-se a delegação a particular mediante descentralização por serviço.
- e) serviços locais de gás canalizado, facultando-se a delegação a empresa estatal mediante concessão.

36. Na delegação de um serviço público essencial à iniciativa privada, por meio de contrato administrativo de concessão, caso fique comprovado que a concessionária esteja prestando o serviço de forma inadequada ou deficiente, o poder concedente:

- a) tem o dever legal de decretar a caducidade da concessão, mediante autorização legislativa específica e posterior indenização.
- b) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto, sendo a respectiva indenização calculada no decurso do processo
- c) poderá promover a rescisão da concessão, aguardando-se o trânsito em julgado da decisão judicial que a reconhecer.
- d) tem o dever de sancionar o concessionário, mediante intervenção na concessão.
- e) poderá promover a encampação da concessão, mediante autorização legislativa específica e prévia indenização.

37. Analise os itens a seguir sobre o processo administrativo no Estado da Bahia (Lei estadual 12.209/2011) e assinale a alternativa correta.

- a) Da revisão do processo administrativo poderá resultar agravamento da sanção.
- b) A desistência ou renúncia do interessado prejudica o prosseguimento do processo administrativo.
- c) Encerrada a instrução processual, o agente público responsável remeterá, no prazo de 10 dias, os autos conclusos à autoridade competente para expedir o ato decisório.
- d) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges.
- e) O comparecimento do administrado não supre as irregularidades de intimação nula.

38. Suponha que as seguintes situações provocaram danos a particulares:

- I. Preso além do tempo fixado na sentença.
- II. Erro judiciário.
- III. Ação estatal amparada em excludente de ilicitude penal.
- IV. Conduta estatal desprovida de dolo ou culpa do agente responsável.

Assinale a alternativa que apresenta todas as hipóteses em que haverá responsabilidade estatal.

- a) I, II e IV.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

39. No que se refere à responsabilidade civil do Estado, é correto asseverar que:

- a) a ocorrência de culpa exclusiva da vítima atenua a responsabilidade civil do Estado.
- b) a responsabilidade objetiva alcança exclusivamente pessoas jurídicas de direito público interno.
- c) é adotada no Brasil a teoria do risco administrativo, a qual não admite hipóteses de exclusão da responsabilidade objetiva estatal.
- d) em regra, na teoria da culpa administrativa, na hipótese de a vítima comprovar a ocorrência de falha do serviço e a lesão sofrida, haverá responsabilização estatal.
- e) no caso de omissão específica, em que o Estado descumpra dever específico de agir, a responsabilidade civil do Estado depende necessariamente da comprovação da culpa do agente ou da administração.

40. A respeito do controle judicial da administração pública no âmbito estadual, assinale a alternativa correta:

- a) poderá versar sobre aspectos de legalidade e/ou de mérito.
- b) poderá implicar o desfazimento de atos discricionários.
- c) é cabível sua realização de ofício, como regra geral.
- d) é exercido sob auxílio do Tribunal de Contas do Estado, sempre que envolver a discussão sobre execução orçamentária.
- e) é realizado primordialmente em caráter prévio.

41. No que se refere ao impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública previsto na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública de todos os entes federativos brasileiros.
- b) impedirá o responsável de licitar ou ser contratado pelo prazo máximo de 2 anos.
- c) admite reabilitação após o transcurso do prazo mínimo de 6 meses.
- d) impedirá o responsável de licitar ou ser contratado no âmbito da Administração Pública do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos.
- e) não poderá ser cumulada com outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

42. Quanto ao contrato administrativo verbal, de acordo com a nova lei de licitação e contratos (Lei 14.133/2021) é correto afirmar que:

- a) é admitido em qualquer situação.
- b) somente será admitido para os municípios, nunca para o âmbito estadual.
- c) não é admitido, em qualquer situação, por força do princípio do formalismo contratual.
- d) é admitido enquanto a Lei 8.666/1993 estiver vigente.
- e) será admitido, excepcionalmente, nas pequenas compras ou serviços de pronto pagamento, limitadas a até R\$ 11.441,66.

43. Assinale a alternativa que menciona corretamente um dos princípios expressos na Lei 14.133/2021 (nova lei de licitações e contratos):

- a) princípio da legalidade, porquanto a violação ao caráter concorrencial do certame poderá caracterizar ato de improbidade administrativa.
- b) princípio da segregação de funções, segundo o qual as atividades relevantes do procedimento licitatório devem ser atribuídas a agentes públicos distintos.
- c) princípio da vedação ao sigilo da proposta, na medida em que todos os atos da licitação são públicos.
- d) princípio da celeridade, que autoriza descumprimentos formais da lei para conferir eficiência às compras públicas.
- e) princípio do desenvolvimento nacional sustentável, embora os licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados não tenham prioridade de tramitação nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

44. Assinale a alternativa que menciona ato de improbidade que viola princípio da Administração Pública:

- a) praticar ato visando fim proibido em lei.
- b) frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, com vistas à obtenção de benefício indireto de terceiros.
- c) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, não dispondo das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
- d) revelar a terceiro, após a respectiva divulgação oficial, teor de medida política capaz de afetar o preço de mercadoria.
- e) nomear parente de 4º grau, por afinidade, para o exercício de cargo em comissão na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

45. Que tipo de planejamento é focado em objetivos de longo prazo e é estruturado em nível organizacional?

- a) Planejamento operacional
- b) Planejamento tático
- c) Planejamento estratégico
- d) Planejamento contingencial
- e) Planejamento funcional

46. Qual teoria da liderança argumenta que a eficácia da liderança depende se o estilo de liderança do líder é adequado à situação?

- a) Teoria dos Traços de Liderança
- b) Teoria Comportamental da Liderança
- c) Teoria da Liderança Transformacional
- d) Teoria da Liderança Situacional
- e) Teoria da Liderança Transacional

47. De acordo com a teoria da autodeterminação, qual é a principal fonte de motivação?

- a) Necessidades básicas
- b) Recompensas externas
- c) Satisfação no trabalho
- d) Autonomia e competência
- e) Estabilidade financeira

48. Na comunicação, o ruído se refere a:

- a) Volume alto da fala
- b) Discussões acaloradas
- c) Barreiras no processo de comunicação
- d) Comunicação não verbal
- e) Falha de equipamentos técnicos

49. Qual dos seguintes não é um dos quatro passos no processo de controle administrativo?

- a) Estabelecimento de padrões de desempenho
- b) Avaliação de desempenho individual
- c) Comparação do desempenho real com os padrões estabelecidos
- d) Tomada de medidas corretivas
- e) Preparação de relatórios financeiros

50. Em que grupo de processos da gestão de projetos, as tarefas são executadas e o trabalho é realizado?

- a) Iniciação
- b) Planejamento
- c) Execução
- d) Monitoramento e Controle
- e) Encerramento

51. Qual dos seguintes não é considerado um componente essencial da gestão eficaz de pessoas?

- a) Recrutamento e seleção
- b) Treinamento e desenvolvimento
- c) Administração de benefícios
- d) Política de portas abertas
- e) Avaliação de desempenho

52. Tipos de decisão e processo decisório: As decisões programadas são aquelas que:

- a) São tomadas frequentemente e seguem um padrão definido
- b) São exclusivas e não se repetem
- c) Requerem um nível elevado de julgamento e avaliação
- d) Sempre envolvem vários departamentos na organização
- e) Nenhuma das anteriores

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Leandro Ravyelle

53. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Em relação aos princípios orçamentários, assinale a alternativa incorreta.

- a) os princípios orçamentários constituem regras básicas a serem seguidas por todo orçamento público e se destinam a padronizar e garantir que o dinheiro público seja usado de maneira correta.
- b) válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, estados, Distrito Federal e municípios – são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina.
- c) o princípio da globalização determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.
- d) a concepção tradicional do princípio da unidade significava que todas as despesas e receitas do Estado deveriam estar reunidas em um só documento.
- e) o princípio da totalidade não substituiu o princípio da unidade: houve apenas uma remodelagem de conceitos, isto é, o que configura esse princípio é a esfera de Governo/Unidade da Federação (que deve ter apenas um único orçamento anual), e não órgão/Unidade Orçamentária.

54. O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período. Em relação à receita pública, assinale a alternativa correta.

- a) serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento.
- b) pertencem a 2023 as receitas previstas e aprovadas no Projeto de Lei encaminhado em 2022 e aprovado pelo Congresso Nacional (PLOA 2023)
- c) Receita Orçamentária Não- Efetiva aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.
- d) Receita Orçamentária Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.
- e) Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas apenas como receitas orçamentárias.

55. Marque a opção correta com relação às disposições constitucionais acerca do orçamento público.

- a) Segundo a Constituição Federal de 1988, a União e os Estados devem elaborar e aprovar, na forma de lei, seus planos plurianuais (PPA), as leis de diretrizes orçamentárias (LDO) e as leis de orçamento anuais (LOA). Diferentemente, aos municípios só é obrigatória a elaboração da LDO e da LOA.
- b) O PPA, a LDO e a LOA são formalizados mediante leis ordinárias de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.
- c) Em casos emergenciais, em especial a não aprovação da lei orçamentária antes do início do exercício, o Poder Executivo poderá aprovar o orçamento por meio de medida provisória.
- d) Compete à LDO estabelecer, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- e) São estágios da execução da despesa pública: Empenho, lançamento e pagamento.

56. Buscando garantir a previsibilidade e aprovação dos instrumentos orçamentários com antecedência, a Constituição Federal definiu prazos para encaminhamento do projeto de lei do PPA, da LDO e da LOA pelo Poder Executivo ao Legislativo, bem como prazos para que o Congresso os aprove. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) o PPA só é elaborado e enviado ao Legislativo para aprovação a cada quatro anos, sendo os demais instrumentos anuais
- b) Tanto a LDO quanto o PPA devem ser aprovadas pelo Legislativo até 22 de dezembro de cada ano.
- c) Tanto o PPA quanto a LOA devem ser aprovadas pelo Legislativo até 22 de dezembro, respeitada a periodicidade quadrienal e anual, respectivamente, de cada instrumento.
- d) o PPA deve ser enviado ao Congresso Nacional até 31 de agosto de cada ano.
- e) A projeto de lei orçamentária anual deve ser enviado pelo Poder Executivo ao Legislativo, para fins de aprovação, até 15 de abril de cada ano.

57. Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Em relação a esses instrumentos extraorçamentários, não dispõe a legislação e os manuais o que consta em

- a) Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa
- b) não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA)
- c) São exemplos de ingressos extraorçamentários os depósitos em caução
- d) São disponibilidades de recursos financeiros em sentido amplo que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição
- e) São exemplos de ingressos extraorçamentários as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO)

58. A classificação da receita orçamentária é de utilização obrigatória para todos os entes da Federação, sendo facultado seu desdobramento para atendimento das respectivas peculiaridades. O detalhamento das classificações orçamentárias da receita, no âmbito da União, é normatizado por meio de portaria da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Em relação a esse entendimento, assinale a opção correta.

- a) A jurisprudência classifica as receitas públicas, quanto à procedência, em Originárias e Derivadas. Essa classificação possui uso jurisprudencial e não é normatizada; portanto, não é utilizada como classificador oficial da receita pelo Poder Público;
- b) Receitas Públicas derivadas, segundo a doutrina, seriam aquelas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Resultariam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários.
- c) Receitas Públicas Originárias, segundo a doutrina, seria a receita obtida pelo poder público por meio da soberania estatal. Decorreriam de imposição constitucional ou legal e, por isso, auferidas de forma impositiva, como, por exemplo, as receitas tributárias e as de contribuições especiais.
- d) Em âmbito federal, a codificação da classificação por natureza da receita é normatizada por meio de Portaria da SOF, órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Já para estados e municípios, é feita por meio de Portaria Interministerial (SOF e STN).
- e) a classificação por natureza não é utilizada por todos os entes da Federação, cabendo a cada um deles regular em relação as suas especificidades e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos.

59. Em relação aos créditos adicionais e a legislação em vigor, assinale a alternativa incorreta:

- a) A autorização legislativa para a realização da despesa constitui crédito orçamentário, que poderá ser inicial ou adicional.
- b) Por crédito orçamentário inicial, entende-se aquele aprovado pela lei orçamentária anual, constante dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais não dependentes.
- c) O orçamento anual consignará importância para atender determinada despesa a fim de executar ações que lhe caiba realizar
- d) A Lei nº 4.320/1964, apesar de não instituir formalmente o orçamento-programa, introduziu em seus dispositivos a necessidade de o orçamento evidenciar os programas de governo.
- e) na lei orçamentária anual, conforme a Lei nº 4.320/64, a discriminação da despesa quanto à sua natureza far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

60. A etapa do planejamento abrange, de modo geral, toda a análise para a formulação do plano e ações governamentais que servirão de base para a fixação da despesa orçamentária, a descentralização/movimentação de créditos, a programação orçamentária e financeira, e o processo de licitação e contratação. Em relação ao ordenamento jurídico vigente e as etapas da despesa, assinale a alternativa correta.

- a) A fixação da despesa ocorre quando for efetuada movimentação de parte do orçamento, mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária.
- b) As descentralizações de créditos orçamentários não se confundem com transferências e transposição, pois modificam a programação ou o valor de suas dotações orçamentárias (créditos adicionais)
- c) As movimentações alteram a unidade orçamentária (classificação institucional) detentora do crédito orçamentário aprovado na lei orçamentária ou em créditos adicionais.
- d) Quando envolver unidades gestoras de um mesmo órgão tem-se a descentralização interna, também chamada de provisão. Se, porventura, ocorrer entre unidades gestoras de órgãos ou entidades de estrutura diferente, ter-se-á uma descentralização externa, também denominada de destaque.
- e) Na descentralização, as dotações serão alteradas e reprogramadas conforme o programa de trabalho pertinente, ajustando-se a classificação funcional e a estrutura programática.

DISCURSIVA

No século XXI, a tecnologia tem desempenhado um papel fundamental em nossas vidas, transformando a maneira como nos comunicamos e nos relacionamos. A influência da tecnologia na sociabilidade e nas relações interpessoais tem sido amplamente debatida, despertando questionamentos sobre os efeitos dessa transformação em nossa sociedade contemporânea.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema:

O IMPACTO DA TECNOLOGIA NA FORMA COMO NOS RELACIONAMOS

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
